



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE



PARECER

Projeto de Lei nº 09, de 2025

Concede reajuste aos vencimentos básicos dos servidores do magistério público municipal, cujas carreiras estão previstas na Lei n.º 1.362, de 12 de fevereiro de 2003.

1 - Do Relatório:

O Projeto de Lei nº 09, de 2025, tem como objetivo o reajuste aos vencimentos básicos dos servidores do magistério público municipal, cujas carreiras estão previstas na Lei n.º 1.362, de 12 de fevereiro de 2003.

Em respeito a determinação do art. 35, I, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a Comissão de Finanças e Controle da Câmara Municipal de Indianópolis/MG, apresenta o presente parecer sobre a viabilidade financeira e orçamentária do projeto da Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, após análise pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

Considerando a justificativa apresentada pelo Executivo Municipal, a proposta visa adequar o piso salarial garantindo cumprimento ao disposto na Lei Federal n.º 11.738, de 16 de julho de 2008, respeitando o percentual de crescimento do valor ano nacional do FUNDEB, assegurando aos docentes remuneração mínima estabelecida em legislação vigente.

Temos que o parecer desta Comissão é o seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE

2 – Da análise financeira e orçamentária:

No caso em exame, está sendo estabelecido o reajuste em 6,27% (seis inteiros e vinte e sete centésimos por cento) dos vencimentos dos servidores públicos do magistério municipal. Referido índice corresponde à porcentagem estabelecida, por meio de Portaria, pelo Ministério da Educação, fixando-se no montante de R\$4.867,77 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos) na forma prevista na Lei Federal n.º 11.738, de 16 de julho de 2008.

Quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, foi apresentado Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro, demonstrando que os custos com o reajuste não terão impactos não previstos no atendimento as metas fiscais da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O referido projeto de Lei se encontra-se adequado ao que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000.


3 – Da CONCLUSÃO/Decisão da Comissão:

Após esta análise, a Comissão de Finanças e Controle manifesta-se favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 09/2025, considerando que há compatibilidade com as normas orçamentárias e fiscais vigentes.

É o parecer, *SMJ*.

Sala das Reuniões, 31 de março de 2025.


Mariosan Rodrigues da Silva
Relator/Presidente





CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE




Daniel Alves Miranda
Vice Presidente

José Ricardo Oliveira
Membro